

Folha de S. Paulo

24/1/1985

Igreja pede um procurador para caso de Guariba

Reportagem Local

A Comissão Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento de Justiça e Não-Violência, ligados à Igreja, encaminharam ontem à tarde ao procurador geral da Justiça, Paulo Frontini, representação baseada no artigo 153 da Constituição, pedindo que designe um procurador para acompanhar o inquérito policial-militar sobre as violências contra trabalhadores rurais em Guariba, na recente greve dos bóias-frias.

As três entidades denunciam "violação de domicílio e agressões físicas contra o povo, em nome da restauração da ordem pública" e afirmam que "os fatos são do domínio público, fartamente noticiados pelos meios de comunicação de massa, não havendo, portanto, maior dificuldade na apuração dos atentados contra a pessoa humana". Pedem, ainda, que Frontini propugne a justa aplicação da lei penal sem privilégios".

(Primeiro Caderno — Página 12)